

17 DEZ 2014

FOLHA DE S. PAULO

Ex-presidente do STF assume interlocução com empreiteiras

Nelson Jobim atua nos bastidores como uma espécie de 'consultor sênior' de firmas e faz o elo com o Judiciário

Papel semelhante foi desempenhado pelo advogado Márcio Thomaz Bastos, que morreu em novembro

ANDRÉIA SADI
NATUZA NERY
DE BRASÍLIA

O ex-ministro da Justiça e do Supremo Tribunal Federal Nelson Jobim "herdou" o papel de principal interlocutor das empreiteiras da Operação Lava Jato com o Judiciário, atribuição que era de Márcio Thomaz Bastos até o mês passado, quando o advogado e ex-ministro morreu.

Segundo a **Folha** apurou, Jobim tem atuado nos bastidores como uma espécie de "consultor sênior" de algumas das empreiteiras por meio de sua ligação com a construtora OAS, um dos alvos da investigação do esquema de corrupção na Petrobras. Ele auxilia o advogado Eduardo Ferrão no processo, desde antes da morte de Bastos. Ferrão é um dos responsáveis pela defesa da OAS.

Mas criminalistas ouvidos pela reportagem afirmam que Jobim acaba por ajudar outras empreiteiras por ter ac-

so a advogados do caso e pontes com o Supremo Tribunal Federal e o Congresso.

Um advogado relatou um encontro, com a presença de Márcio Thomaz Bastos, em que Jobim fez sugestões com outros criminalistas sobre um acordo com o Ministério Público e as empreiteiras acusadas no esquema da Petrobras. A articulação não prosperou.

Por ter no currículo passagens pelo governo federal e ter presidido o Supremo Tribunal Federal, Jobim é considerado pelos criminalistas o nome mais credenciado para dialogar com o Judiciário no momento em que os executivos das empresas são alvo de acusações.

"Dos que estão aí, ele é o maior, sem dúvida", disse um dos defensores do caso sob condição do anonimato.

Outro motivo que coloca Jobim como "porta-voz" do grupo é sua proximidade com Teori Zavascki. O ministro do Supremo Tribunal Federal é o responsável pelo processo da Lava Jato na corte.

Jobim e Teori são amigos de longa data. O ex-presidente do STF defendeu o nome de Teori para o STF ainda na gestão Lula, mas não foi atendido. Foi só na gestão de Dilma Rousseff que o ex-minis-

tro do Superior Tribunal de Justiça foi escolhido para integrar a corte mais importante do Judiciário.

Criminalistas afirmam que Teori recebeu Jobim nos últimos meses, na companhia de Ferrão. Ele também almoçou com Teori em São Paulo antes da eleição presidencial, segundo a **Folha** apurou.

Amigos de Jobim apontam, no entanto, diferenças de estilo entre ele e Bastos.

Apesar de interlocução com Judiciário, o ex-ministro não tem boas relações com o governo Dilma, que deixou em 2011 após uma polêmica com as ex-ministra Gleisi Hoffmann (PT-PR) e com Ide- li Salvatti (PT-SC).

Outra característica é que Jobim tem menos disponibilidade para as empresas. O ex-ministro foi ao exterior para atender clientes que não estão envolvidos na Lava Jato nas últimas semanas e viajará novamente em meio à denúncia contra as cúpulas das empreiteiras.

Procurado, Jobim não quis responder aos questionamentos da reportagem. A **Folha** também tentou, sem sucesso, falar com o ministro Teori. A OAS não respondeu. Ferrão não retornou a ligação da reportagem.

17 DEZ 2014

FOLHA DE S. PAULO

Processo contra acusado de matar Celso Daniel é anulado

Primeira turma do STF julga que defesa de Sérgio Gomes da Silva foi cerceada

Empate no julgamento beneficiou empresário: Marco Aurélio e Toffoli votaram a seu favor, e Rosa e Barroso, contra

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal anulou nesta terça (16) o processo em que o empresário Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, era apontado como o mandante do assassinato do ex-prefeito de Santo André, Celso Daniel, morto em 2002.

Seus advogados alegavam que foram impedidos de questionar outros dois réus em depoimentos à Justiça, o que cerceou a defesa. Com a decisão do STF, o processo contra o empresário voltará à sua fase inicial.

Como o caso de Sombra e dos demais acusados tramitou de forma separada, a decisão que o beneficiou não afetará automaticamente os outros seis corréus, que estão presos e cumprem penas que variam de 18 a 24 anos.

A defesa deles, porém, poderá ingressar com ações na Justiça pedindo que o mesmo benefício de Sombra lhes seja estendido, o que abre a possibilidade de todos os processos retornarem à fase inicial.

Nesta terça, Sombra foi beneficiado por um empate no

juízo: os ministros Dias Toffoli e Marco Aurélio deram razão aos advogados, entendendo que houve cerceamento de defesa; Rosa Weber e Luis Barroso entenderam que o habeas corpus apresentado pelos advogados não era o instrumento apropriado para esse tipo de questionamento.

O empate favoreceu o réu, que chegou a ter o julgamento marcado em 2012. Na prática o processo retorna ao momento imediatamente após o recebimento da denúncia — que ocorreu em 2003.

Sombra segue respondendo o processo como réu. Todos os atos praticados desde então, como interrogatórios e coletas de provas estão invalidados e terão de ser refeitos.

Só depois de repetir todas as etapas da instrução processual o juiz do caso decidirá, de novo, se Sombra irá ou não a júri popular pela morte. “Voltamos a uma situação que é como se a denúncia tivesse sido recebida hoje. Ganhiei o direito de interrogar os corréus e reiniciar a instrução”, disse o advogado de Sombra, Roberto Podval.

Para ele a situação gera problemas de ordem prática. Como os outros acusados estão condenados e presos, seria preciso que seus processos também fossem anulados e retornassem ao início.

“A nulidade é absoluta, mas não é automática. Eu tenho direito de interrogar os corréus, mas como posso fazer isso se eles são condenados? Não faz sentido. É preciso que a ação seja anulada e comece do zero para todos.”

Sombra é um dos sete réus acusados pela morte de Celso Daniel, que foi achado morto com oito tiros numa estrada de Jujutiba. Ele havia sido sequestrado quando voltava de um jantar com Sombra, de quem era amigo. O réu é acusado de ter encomendado a morte porque o prefeito teria interrompido um esquema de corrupção no qual Sombra estaria envolvido. (MÔNICA BERGAMO E SEVERINO MOTTA)

17 DEZ 2014

FOLHA DE S. PAULO

Juiz acolhe denúncia contra outros 17 acusados Lista inclui donos da UTC e vice da Mendes Júnior

A Justiça Federal acolheu nesta terça-feira (16) mais duas denúncias do Ministério Público Federal contra outros 17 acusados na Operação Lava Jato, dentre os quais Ricardo Ribeiro Pessoa, sócio-proprietário da UTC Engenharia, e dirigentes da Camargo Corrêa e da Mendes Júnior.

Com as decisões assinadas pelo juiz Sergio Moro, responsável pela Lava Jato, os executivos passarão a responder pelos crimes de corrupção ativa e lavagem de dinheiro.

As duas decisões elevaram para 36 o total de pessoas que agora respondem, como réus, a cinco ações penais da sétima fase da Lava Jato.

Da Mendes Júnior constam da lista Sérgio Cunha Mendes, vice-presidente executivo, Ângelo Mendes, vice-presidente corporativo, Rogério Cunha de Oliveira, Alberto Vilaça Gomes e José Humberto Resende. Há mais dois réus da UTC: João de Teive Argollo, sócio-proprietário, e Sandra Raphael Guimarães.

Na ação sobre a Camargo Corrêa tornaram-se réus Eduardo Hermelino Leite, vice-presidente, João Ricardo Aufer, presidente do Conselho de Administração, Dalton dos Santos Avancini, diretor-presidente, Adarico Negromonte Filho, irmão do ex-ministro Mario Negromonte.

Congressistas elevam seus salários para R\$ 33,7 mil

Presidente e ministros terão um aumento menor e vão passar a receber R\$ 30,9 mil

DE BRASÍLIA

Em acordo costurado nesta terça (16), ficou acertado que os vencimentos dos congressistas e dos ministros do Supremo Tribunal Federal passarão para R\$ 33,7 mil.

Os salários da presidente Dilma Rousseff, do vice Michel Temer e e dos ministros do Executivo subirão menos e chegarão a R\$ 30,9 mil.

A Câmara deveria aprovar nesta terça (16) os aumentos, mas, até a conclusão desta edição, a votação ainda não havia ocorrido. O último aumento do Executivo e do Legislativo foi em janeiro de 2011, e elevou os salários des-

ses Poderes para R\$ 26,7 mil.

O do Judiciário ocorreu em janeiro de 2013, e levou os vencimentos dos ministros do Supremo para R\$ 29,4 mil.

Segundo o acordo desta terça, o único Poder que terá uma melhora salarial real (acima da inflação) será o Judiciário —cerca de R\$ 800.

No caso do Congresso, o aumento vai compensar a inflação. No Executivo, o reajuste ficará abaixo da inflação. As quantias acordadas para Judiciário e Congresso são um meio-termo entre o valor desejado pelo STF e parlamentares (R\$ 35,9 mil) e a sugestão do governo Dilma (de R\$ 30,9 mil). (MÁRCIO FALCÃO)

Justiça do Rio nega habeas corpus a Sininho e mais dois manifestantes

DO RIO - A 7ª Câmara Criminal do Rio negou nesta terça (16) habeas corpus para revogar a prisão de três manifestantes acusados de formação de quadrilha armada.

O acórdão confirmou a decisão do juiz Flávio Itabaiana, da 27ª Vara Criminal, que decretou a prisão no início deste mês de Elisa Quadros Pinto —conhecida como Sininho—, Igor Mendes da Silva e Karlayne Moraes da Silva Pinheiro —conhecida como Moa.

Os desembargadores entenderam, por maioria, que os manifestantes devem ser detidos por terem participado de um protesto em outubro, contrariando medida cautelar imposta pela Justiça em julho.

O protesto no dia 15 de outubro, do qual os três participaram, foi pequeno e sem registro de confronto. O ato foi organizado para lembrar uma manifestação de professores em greve ocorrida um ano antes, que terminou com violência.

PAINEL

Pito Luiz Fux reclamou com Aécio Neves de o PSDB ter adiado a votação do Código de Processo Penal. "Isso não faz o menor sentido!", disse o ministro no plenário.

17 DEZ 2014

FOLHA DE S. PAULO

Ex-monitor é condenado por abuso em SP

Decisão de juíza de Barueri teve como base relatos de alunas de três anos do colégio onde atuava o ex-funcionário

Preso alega inocência, e cabe recurso à decisão; juíza pediu apuração sobre vazamento de informações do caso

REYNALDO TUROLLO JR.
DE SÃO PAULO

A juíza Cyntia Straforini, da 1ª Vara Criminal de Barueri (SP), condenou a 13 anos e 4 meses de prisão o ex-funcionário de um colégio da cidade acusado de abusar de três crianças na escola.

Antônio Bosco de Assis, 44, está preso desde 8 de maio com base nos relatos das meninas, de três anos.

Ele alega inocência, e ainda cabe recurso à decisão. Para a juíza, esse tipo de crime não costuma deixar outras provas além de relatos das vítimas, que não teriam razão para acusar um inocente.

Na sentença, a juíza ainda pede a abertura de um inquérito policial contra a advogada do réu, Anabella Marcantonatos, sob suspeita de ela ter fornecido à imprensa informações sobre o caso, que está em segredo de Justiça.

Procurada, a advogada disse que, por ora, não vai se manifestar sobre a sentença.

No processo, a advogada pedia à juíza que reabrisse a fase de instrução (diligências para coleta de provas), pois, conforme a *Folha* revelou em

novembro, não havia nenhuma prova técnica que incriminasse Antônio — como imagens das câmeras da escola e laudo de médico perito.

A magistrada considerou o pedido impertinente, afirmando ter o dever de zelar pela celeridade do processo.

Além disso, segundo a juíza, analisar todas as câmeras da escola em todos os dias do ano seria impossível e interrogar as crianças novamente as faria reviver o trauma.

Segundo a sentença, não foi possível definir a data e o local exatos para o crime — o que contraria a denúncia do Ministério Público, feita em junho, que afirmava que o abuso ocorrera em 22 de abril no prédio da educação física do Mackenzie Tamboré.

Segundo o entendimento da magistrada, a materialidade do crime ficou comprovada pela consistência dos relatos das meninas, das babás e dos pais, pelo reconhecimento feito pelas crianças e por um laudo psicológico.

Feito por uma psicóloga do Imesc (Instituto de Medicina Social e de Criminologia), o laudo diz que as entrevistas com as meninas sugeriram “a hipótese da possibilidade da ocorrência” do abuso.

Segundo a defesa, o reconhecimento de Antônio pelas crianças “como sendo o tio

malvado” ocorreu porque, dias antes, ele havia interpretado um garoto mau em uma peça apresentada aos alunos.

No entendimento da magistrada, porém, o conteúdo da peça em nada tinha a ver com os atos libidinosos descritos pelas crianças.

Em 18 de novembro, após reportagem da *Folha*, laudos dos exames médicos periciais feitos nas crianças em 1º de maio foram juntados ao processo. O perito não encontrou indícios de abuso nas alunas.

De acordo com a sentença da juíza, o resultado do laudo não é decisivo porque a manipulação dos genitais nem sempre deixa marcas.

17 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

Habeas corpus de ex-diretor do TC será julgado por magistrado que anulou investigação

Amanda Audi

O mesmo desembargador que anulou a investigação sobre a fraude na licitação para construção de um prédio anexo ao Tribunal de Contas do Paraná (TC), Roberto de Vicente, deverá analisar nos próximos dias se concede habeas corpus a Luiz Bernardo Dias Costa — o ex-coordenador-geral do TC que foi preso em flagrante com uma mala com R\$ 200 mil. O dinheiro supostamente seria pagamento de propina efetuado pela empresa vencedora da licitação.

Costa é obrigado a prestar contas mensalmente à Justiça, não pode sair da cidade sem autorização e deve se manter afastado do TC. O advogado de Costa, Roberto Bzrezinski, alega que as medidas devem ser anuladas porque, em agosto, a 2.ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça acompanhou a posição de Vicente e anulou as interceptações telefônicas usadas pelo Gaeco — braço do Ministério Público — que embasaram a investigação e levaram às prisões. O MP recorreu.

Em novembro, a juíza substituta Maria Roseli Guiessmann negou o pedido de liminar da defesa de Costa. Ela afirmou na decisão que, mesmo

sem as escutas, ainda haveriam provas suficientes para atestar a existência do crime. Agora o processo voltou ao gabinete de Vicente.

Costa foi afastado do cargo de direção no TC em junho, quando foi preso em flagrante junto com outras seis pessoas. Ele foi liberado dias depois, após pagar fiança. O grupo foi apontado como suspeito de fraudar a licitação, de R\$ 36,4 milhões, para facilitar a aprovação de uma das empresas. Mesmo afastado, Costa continua recebendo salário de cerca de R\$ 20 mil.

O presidente do TC, Artagão de Mattos Leão, também responde a uma sindicância no Superior Tribunal de Justiça pela suposta participação na fraude. Ainda não houve conclusão no processo, que corre em segredo de Justiça.

O TC também instaurou um procedimento administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade de Costa. A última movimentação foi em novembro, quando o relator do caso, Ivan Bonilha — eleito presidente do TC — proferiu um despacho. Como o procedimento está sob segredo, não se sabe o conteúdo.

Outrolado

O advogado de Costa não quis comentar o caso. A licitação foi suspensa.

17 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

CARTÓRIOS

Tarifaço do Tribunal de Justiça é aprovado em definitivo

▮ Também foi aprovado ontem em definitivo o pacote de projetos do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) para reajustar taxas cobradas nos cartórios do estado. As medidas vão representar um aumento duplo para os usuários do serviço.

Uma das propostas estabelece a elevação das custas em 6,37%. A outra determina que as taxas do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus), que são aplicadas sobre a maioria dos serviços de cartórios, sejam aumentadas em 25%. Na prática, o cidadão irá pagar cerca de 33% a mais, já que um reajuste incide sobre o outro. Além desses dois reajustes, será extinto o teto das custas de registro de imóveis, que passará a ser de 0,2% sobre o valor do título. Hoje, o valor máximo cobrado é de R\$ 1.821,20. A medida aumentará os custos para o registro de imóveis com valor acima de R\$ 910,5 mil. O documento de um apartamento de R\$ 2 milhões, por exemplo, passará a custar R\$ 4 mil. As novas taxas começarão a valer a partir de 1º de janeiro. Os reflexos serão sentidos nos cartórios judiciais e também nos extrajudiciais – responsáveis por serviços como autenticação de documentos e reconhecimento de firma.

25%

é o reajuste nas taxas do Funrejus, cobrada sobre a maioria dos servidores de cartórios, mas que abastece o TJ.

6,37%

é o aumento aprovado pelos deputados especificamente para as taxas arrecadadas pelos cartórios do estado.

17 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

» DECISÃO JUDICIAL

Monik contesta benefício a condenado

Condenado a 65 anos de prisão pelo crime do "Morro do Boi", homem cumpre pena em casa

Felippe Anibal

Sobrevivente do caso conhecido como "Morro do Boi", Monik Pegorari de Lima contestou ontem a concessão de progressão ao regime domiciliar a Juarez Ferreira Pinto, condenado a 65 anos e 5 meses de prisão. Na sexta-feira, a Justiça deu a Juarez — portador do vírus da aids — o direito de cumprir o restante da pena em casa, monitorado por uma tornozeleira eletrônica. Os pais de Osiris del Corso, assassinado no mesmo caso, também se manifestaram ressaltando as evidências de que Juarez cometeu o crime.

"A lei está mais preocupada com o bandido do que com a vítima. Isso me faz sofrer muito. Eu protesto contra essa decisão [judicial]" disse Monik, em entrevista coletiva no escritório de seu advogado, Elias Mattar Assad. No crime ocorrido em 2009, ela foi atingida por dois tiros e perdeu o movimento das pernas.

Para Assad, que também atende a família de Osiris, a prisão domiciliar foi decidida "fora dos padrões usuais": sem avaliação de junta médica oficial, sem laudos do Instituto Médico-Legal (IML) e sem alguns exames, como o de car-

ga viral. "É muito estranho esse benefício ter sido concedido, por causa da forma em que tudo ocorreu. A secretária de Justiça [Maria Tereza Uille Gomes], que é membro licenciado do Ministério Público, interferiu pessoalmente na decisão. O Ministério Público, por sua vez, não recorreu", disse Assad.

A assessoria de imprensa da Secretaria de Justiça informou que Maria Tereza cumpre agenda fora do estado e não comentaria as declarações. O Ministério Público do Paraná (MP-PR) informou via assessoria de imprensa que se manifestou favorável à prisão domiciliar porque o estado de saúde de Juarez é grave e o Complexo Médico Penal não teria condições de prestar o atendimento adequado.

Conforme os promotores, há pelo menos oito documentos e exames que atestam as graves condições de saúde de Juarez, e o cumprimento da pena em regime domiciliar não representa um relaxamento de prisão. Ele segue cumprindo a pena de 65 anos de detenção. Ele também deve se apresentar a cada 30 dias para perícia médica no CMP. Caso apresente melhora, volta para o regime fechado.

Para o advogado de Juarez, Cláudio Dalledone Júnior, a concessão do benefício judicial ocorreu embasada em parecer médico-legal. Ele diz que Juarez não cometeu os crimes pelos quais foi condenado e pedirá uma revisão criminal. Ele pretende processar

Celso del Corso pelas declarações e pedirá à OAB que emita um desagravo a Assad.

Dor

Recentemente, Dalledone supôs em programa de tevê que Juarez seria inocente. "Ele nunca vai deixar de ser o assassino que tirou a vida do nosso filho e que colocou a Monik em uma cadeira de rodas", declarou a mãe de Osiris, Maria Zélia del Corso. "O que nos agride é o fato de o advogado dele mentir, alegando inocência. O fato de ele [Juarez] estar doente não o transforma em inocente. Bandido é bandido", disse o pai, Sérgio del Corso.

Monik luta para recuperar o movimento das pernas. Há quatro anos, se mudou para João Pessoa (PB), onde faz tratamento. São oito horas diárias de fisioterapia e condicionamento físico, além de sessões de apiterapia (a base de picadas de abelha). Monik ainda sonha em voltar a fazer os cursos de Farmácia e de Educação Física.

JULGADO

Em outubro, o Superior Tribunal de Justiça confirmou a condenação de Juarez pela morte de Osiris Del Corso, em janeiro de 2009. Após a decisão, ratificando decisão do TJ-PR, o caso transitou em julgado.

CONTINUA

17 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Prisão de um segundo suspeito levou seis policiais à prisão por suspeita de fraude

Na tarde do dia 31 de janeiro de 2009, um sábado, o casal Monik Pegorari de Lima e Osiris Del Corso seguia por uma trilha no Morro do Boi com a intenção de chegar à Praia dos Amores. Eles teriam pedido informações a um desconhecido, que se ofereceu para levá-los.

Chegando à gruta na praia, por volta das 17h30, o agressor teria tentado abusar sexualmente de Monik. Osiris a defendeu e levou um tiro no peito. Ela foi atingida por dois tiros nas costas (um atingiu a coluna). O agressor fugiu. Conforme as investigações, depois de um tempo ele voltou ao local do crime e a violentou. Segundo a Justiça, o autor do crime é Juarez.

Antes da prisão de Juarez, outro homem foi preso acusado de ser o autor confesso do crime. Por causa desse novo suspeito, ao longo das investigações seis policiais foram presos (inclusive o então delegado de Matinhos José Tadeu Bello) acusados de ter fraudado o inquérito. Entre os policiais presos estava Altair Ferreira Pinto (conhecido como Taíco), irmão de Juarez Ferreira Pinto.

Em entrevista à **Gazeta do Povo**, Monik falou sobre a sensação de alívio que sentiu quando soube da prisão de Taíco, porque na época as pessoas acreditavam que ela estava colocando um inocente na cadeia. "Foi o Juarez, não tenho dúvida", disse na ocasião.

Monik ficou paraplégica e se mudou de Curitiba para o Nordeste, uma região mais quente que ajuda no tratamento médico. Sessões de fisioterapia e condicionamento físico ocupam os cada dia da semana. Além do tratamento convencional, Monik faz sessões de apiterapia, uma terapia alternativa que usa produtos originados das abelhas.

Em abril deste ano, ela contou à **Gazeta do Povo** que já conseguia ficar em pé e seguia acreditando que poderia voltar a andar.

17 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

Senado aprova novo Código do Processo Civil

O Senado aprovou ontem o texto principal da reforma do Código de Processo Civil. As emendas (destaques) foram deixadas para serem apreciadas hoje.

Ao todo, 19 destaques foram apresentados pelos senadores e não foram votados porque, os parlamentares não chegaram a um acordo.

O novo conjunto de regras tem como objetivo dar mais agilidade às decisões judiciais e tentar contornar aquele que é considerado um dos maiores problemas da Justiça brasileira: a morosidade.

Para que isso aconteça, diminuiu-se a quantidade de recursos e foram estabelecidas muitas regras caso fique caracterizado que os advogados estão abusando desse tipo de manobra para adiar a decisão final.

Agilidade

A principal novidade é a criação de um mecanismo que permitirá que a mesma decisão seja aplicada a milhares de outras ações iguais. Hoje, esses processos são julgados um a um, o que acaba fazendo com que a conclusão demore mais.

A expectativa é que esse instrumento, batizado de "incidente de resolução de demandas repetitivas", torne mais rápida a análise de processos sobre planos econômicos, previdenciários e os que envolvem contratos de adesão, como os que são feitos com empresas de telefonia, de água e de planos de saúde.

X Acordo

Outra novidade é incentivar que as partes entrem em acordo. Para isso, estabelece que os tribunais criem centros de conciliação e mediação. A lógica é que cada acordo feito previamente diminui o número de processos que se acumula no Judiciário.

O projeto, que tramita no Congresso há cinco anos, teve como ponto de partida um texto preliminar elaborado por uma comissão de juristas presidida pelo ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal. O relatório foi transformado em projeto no Senado, passou pela Câmara e, agora, está na Casa de origem para a apreciação final. Assim que os destaques forem apreciados, o texto será encaminhado à sanção presidencial, entrando em vigor um ano depois de sua publicação.

Fux acompanhou toda a sessão e comemorou a aprovação do novo Código. "Nós procuramos tornar realidade a promessa constitucional de que todo o cidadão tem o direito que o seu processo tenha uma duração razoável", afirmou. Segundo o ministro, o Código vai fazer com que o tempo que um processo tramita na Justiça seja reduzido à metade.

O relator do projeto, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), destacou o fato de esse ser o primeiro Código de Processo Civil nascido no regime democrático, já que o

que está em vigência atualmente é de 1973, formulado durante o regime militar.

Uma das mudanças que devem ser incorporadas ao texto hoje é um mecanismo que determina que as causas sejam julgadas por ordem cronológica. Isso evitaria que um processo fique por anos parado na Justiça.

Outro destaque que será votado diz respeito a um instrumento que permite transformar ações individuais em coletivas. As duas medidas estavam no texto aprovado pela Câmara dos Deputados, mas saíram da versão que foi apresentada, ontem no Senado. Ainda assim, devem voltar a fazer parte do novo Código.

GAZETA DO POVO

O Código Penal vai a votação

17 DEZ 2014

CCJ do Senado deve analisar projeto hoje, mas ainda há diversos pontos que precisam de modificação, como o que legitima o “terrorismo social”

Hoje, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado deve analisar, em uma sessão extraordinária marcada para às 9 horas, o texto do PLS 236/2012, que pretende dar ao Brasil um novo Código Penal. Iniciativa do senador José Sarney (PMDB-AP), quando presidia a Casa, o texto original foi redigido por uma comissão de juristas nomeada pelo Senado. O resultado foi tão ruim que um grande nome do direito brasileiro, Miguel Reale Júnior, o chamou de “obscenidade” que “não tem conserto”. Sarney fez o que pôde para acelerar a tramitação do Código Penal, mas suas intenções foram barradas por outros parlamentares, que acertadamente exigiam mais tempo para refletir sobre o longo texto. Inúmeras emendas depois, chegou-se a uma versão que podia até não ser a ideal, mas já se distanciava bem dos absurdos inicialmente propostos. No entanto, ao longo da tramitação, alguns itens preocupantes foram reincorporados ao projeto.

Se podíamos identificar um eixo condutor na proposta assinada pela comissão de juristas, era o politicamente correto. A vida humana foi relativizada ao ponto de a pena para deixar de socorrer crianças, inválidos ou feridos ser menor que a pena para quem deixasse de socorrer ou abandonasse animais (respectivamente, 1 a 6 meses de prisão contra 1 a 4 anos de prisão). O aborto, na prática, estaria liberado até a 12.ª semana de gestação. O plantio, a compra e o porte de drogas seriam liberados para uso próprio — apesar da contradição de punir o vendedor de entorpecentes. E o texto ainda previa outras aberrações, como uma “justificação social” para o terrorismo. Era isso que Sarney queria ver aprovado o quanto antes.

Felizmente, os senadores, especialmente Pedro Taques (PDT-MT), relator do PLS 236/2012 na comissão especial criada para analisar o Código, apresentaram emendas que restabeleceram o bom senso em várias dessas situações. Em relação às drogas, o texto manteria o que a Lei de Drogas prevê atualmente, com advertência, prestação de serviços à comunidade e medidas educativas para quem compra, planta ou guarda entorpecentes em casa. Houve um esforço

para hierarquizar as penas, voltando a colocar a pessoa humana em primeiro lugar. A legalização do aborto até a 12.ª semana de gestação foi rejeitada; no relatório de Taques, não se puniria a interrupção de gravidez resultante de estupro, quando não há outro meio de salvar a vida da mãe, ou “se comprovada a anencefalia ou quando o feto padecer de graves e incuráveis anomalias que inviabilizem a vida extrauterina, em ambos os casos atestado por dois médicos”. O caso de anencefalia segue entendimento do STF, mas a menção a “graves e incuráveis anomalias” foi uma novidade introduzida pela comissão de juristas, infelizmente mantida por Taques.

Encerrado o trabalho da comissão especial, o PLS 236 foi para a CCJ, agora com Vital do Rêgo (PMDB-PB) como relator. Lá, o texto sofreu novas alterações, algumas delas preocupantes. O plantio, a compra e o porte de drogas para uso próprio voltaram a ser legalizados, sem nenhuma punição, nem mesmo advertências ou medidas educativas (estas penas seriam aplicadas apenas em caso de uso ostensivo de drogas em locais públicos ou na presença de crianças e adolescentes). Um permissivismo perigoso, se tivermos em conta o mal que as drogas causam aos usuários e suas famílias.

É especialmente absurdo e inaceitável que o relatório de Vital do Rêgo tenha colocado de volta no Código Penal o texto segundo o qual “não constitui crime de terrorismo a conduta individual ou coletiva de pessoas movidas por propósitos sociais ou reivindicatórios, desde que os objetivos e meios sejam compatíveis e adequados à sua finalidade”. Essa ressalva, que havia sido removida do relatório de Taques, mas retornou agora, é praticamente uma legitimação da ideia de que os fins justificam os meios, uma validação do terrorismo — que, lembremo-nos, quase sempre se apresenta como meio “necessário” para se atingir uma causa nobre. E, se a avaliação da “nobreza” da causa ficar sujeita ao arbítrio ou à ideologia de quem vai julgar os atos de terror, podemos chegar ao ponto de haver um “passe livre” para o terrorismo.

Se o Código Penal passar pela CCJ com esses trechos aberrantes, é imprescindível que, ao continuar sua tramitação no Senado (e, depois, na Câmara), os parlamentares busquem removê-los, guiados pela busca de uma sociedade justa, baseada no respeito à dignidade humana.

17 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

TRE desaprova contas de três deputados eleitos

Katna Baran

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE) finalizou na última segunda-feira o julgamento das contas dos candidatos eleitos do estado para mandatos a partir de 2015. Dos 89 processos, apenas três eleitos tiveram as contas desaprovadas: Hidekazu Takayama (PSC), deputado federal reeleito, e os deputados estaduais Ademar Traiano (PSDB) e Hussein Bakri (PSC).

Outras 74 contas de candidatos eleitos foram aprovadas com ressalvas — entre elas a do governador Beto Richa (PSDB) — e 12 foram totalmente acatadas.

A desaprovação de contas não impede a diplomação dos eleitos, prevista para ocorrer hoje no Paraná. Mas o julgamento do TRE pode ser utilizado como argumento para que o Ministério Público Eleitoral ou outros candidatos, partidos ou coligações entrem com representações contra os eleitos.

Mesmo os que tiveram as contas aprovadas podem virar alvos de processos. O prazo final para ingresso de representações é dia 7 de janeiro.

No caso de Traiano, a Corte do Tribunal considerou irregulares algumas movimentações de campanha, como a realização de despesas com recursos que não transita-

ram pela conta bancária criada especificamente para o pleito.

Segundo o deputado, porém, a despesa em questão representa apenas 0,68% do total e há entendimento da Corte Superior de que até 2% dos gastos podem ser considerados insignificantes. “Já recorri ao TSE [Tribunal Superior Eleitoral] e tenho certeza que sairei vitorioso”, declarou o tucano.

Já nas contas de Bakri, o TRE detectou despesas não justificadas na prestação de contas. O eleito alega que houve um equívoco na análise do processo e que já entrou com um pedido de embargo no próprio Tribunal. “Respeito a decisão, mas tive que contestar, pois me senti injustiçado”, disse.

No caso de Takayama, o erro mais grave ocorreu no recebimento de verbas de uma fonte vedada pela Justiça. Procurada, a assessoria do parlamentar não retornou o contato.

Parcial

As despesas de campanha do governador reeleito Beto Richa foram aprovadas com ressalvas. A relatora do processo Renata Estorilho Baganha considerou como irregular a não contabilização de gastos de campanha e a entrada de recursos na primeira parcial de contas.

Ela considerou, porém, que o problema não impediu a fiscalização das receitas e despesas pela Justiça Eleitoral e adicionou apenas uma ressalva ao julgamento.

DIPLOMAÇÃO

Serão diplomados hoje pelo TRE o governador Beto Richa (PSDB), sua vice, Cida Borghetti (Pros), o senador Alvaro Dias (PSDB), seus suplentes, os 30 deputados federais e 54 deputados estaduais, além dos cinco primeiros suplentes de deputados de cada partido ou coligação. A cerimônia ocorre a partir das 16 horas, no Grande Auditório do Teatro Positivo, em Curitiba, e será comandada pelo presidente do TRE, desembargador Edson Vidal Pinto.

17 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

Juiz acata novas denúncias contra empreiteiros

Sérgio Moro aceita a última acusação do MPF envolvendo a Diretoria de Abastecimento da Petrobras. Viraram réus 17 suspeitos

CURITIBA

Kelli Kadanus, com agências

O juiz federal Sérgio Moro acatou ontem a última denúncia da sétima fase da Operação Lava Jato envolvendo a diretoria de Abastecimento da Petrobras, que foi comandada pelo ex-diretor Paulo Roberto Costa. Além de Costa, viraram réus no processo executivos das empreiteiras Mendes Junior, Camargo Correa e da UTC. Também estão na lista de réus o doleiro Alberto Youssef e pessoas ligadas à empresa de fachada GFD Investimentos, acusada de lavar o dinheiro da corrupção.

Em seu despacho em relação à Mendes Junior, Moro ressalta a responsabilidade dos grandes executivos da empresa no esquema. "Parece, ademais, pouco plausível que esquema criminoso na magnitude do narrado na denúncia fosse desconhecido da direção das empresas", afirma.

A denúncia do Ministério Público Federal (MPF) contra as empresas Camargo Corrêa e UTC diz respeito à obras nas

refinarias Repar, no Paraná; Abreu e Lima, em Pernambuco; e no Comperj, no Rio de Janeiro. "Embora as empreiteiras participem de outras obras da Petrobras, a denúncia tem por objeto apenas os crimes relacionados a essas três obras", diz o juiz federal Sérgio Moro em seu despacho.

Denunciados

Ao todo, foram acatadas as denúncias contra 17 acusados na Operação Lava Jato, dentre os quais Ricardo Ribeiro Pessoa, sócio-proprietário da UTC Engenharia. Eles vão responder pelos crimes de corrupção ativa e lavagem de dinheiro.

As duas decisões elevaram para 36 o total de pessoas que agora respondem, como réus, a cinco ações penais da sétima fase da Lava Jato.

Da Mendes Júnior, constam na lista Sérgio Cunha Mendes, vice-presidente executivo; Ângelo Mendes, vice-presidente corporativo; Rogério Cunha de Oliveira, Alberto Vilaça Gomes e José Humberto Resende. Há mais dois réus da UTC: João de Teive Argollo, sócio-proprietário, e Sandra Raphael Guimarães.

Na ação sobre a Camargo Corrêa tornaram-se réus Eduardo Hermelino Leite; vice-presidente; João Ricardo Auler, presidente do Conselho de Administração; Dalton dos Santos Avancini, diretor-presidente; e Adarico Negromonte Filho, irmão do ex-ministro Mario Negromonte.

JUDICIÁRIO

STF decide que réus sem foro privilegiado serão julgados no Paraná

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) negou ontem dois pedidos de acusados pela Operação Lava Jato para anular mandados de prisão e retirar da Justiça Federal do Paraná os processos relativos ao caso. Seguindo voto do ministro Teori Zavascki, Celso de Mello e Cármen Lúcia entenderam que os investigados sem foro privilegiado devem ser julgados pela Justiça Federal do Paraná, onde atua o juiz Sérgio Moro. De acordo com os ministros, somente autoridades com foro privilegiado – como deputados, senadores e ministros de Estado que eventualmente forem citados nas delações premiadas do doleiro Alberto Youssef e do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa – devem ter seus casos avaliados pelo STF. As reclamações eram de um dos sócios da empresa Sanko Sider, Murilo Barrios, e de Waldomiro de Oliveira, um dos laranjas de Youssef. Ambos alegavam que, como há autoridades como foro investigadas na Lava Jato, todo o caso deveria ir ao Supremo.

17 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

Supremo considera ilegal provas da Satiagraha

BRASÍLIA
Folhapress

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem que as buscas feitas na sede do Banco Opportunity, no Rio de Janeiro, em 2004, foram ilegais. Com isso, provas que foram usadas como base para a Operação Satiagraha, que chegou a prender o banqueiro Daniel Dantas, foram anuladas. O caso em questão diz respeito a um habeas corpus de Dantas. Ele reclamava que a Operação Cha-

cal, que apurou um suposto esquema de espionagem contra a Telecom Itália, em que ele era um dos investigados, tinha permissão da Justiça somente para fazer buscas e apreensões na sede do Grupo Opportunity, no 28.º andar de um prédio no Rio.

Quando a busca foi feita, no entanto, a Polícia Federal também foi à sede do Banco Opportunity, no 3.º andar do mesmo prédio. No local, foram feitas cópias de HDs de computadores, onde listas de clientes acabaram apreendidas. Foram justamente tais dados que, posteriormente, serviram de base para a Operação Satiagraha.

Em decisão unânime, ao STF entendeu que as apreensões foram ilegais, por isso, as provas coletadas não têm validade jurídica.

Justiça nega habeas corpus a Sininho e mais dois ativistas

Folhapress

A 7.ª Câmara Criminal do Rio de Janeiro negou ontem habeas corpus para revogar a prisão de três manifestantes acusados pelos crimes de formação de quadrilha armada. Os desembargadores entenderam, por maioria, que eles devem ser detidos por terem participado de um protesto em outubro, contrariando determinação da Justiça.

O acórdão confirmou a decisão do juiz Flávio Itabaiana, da 27.ª Vara Criminal, que de-

cretou a prisão no início do mês de Elisa Quadros Pinto, a Sininho, Igor Mendes da Silva e Karlayne Moraes da Silva Pinheiro, conhecida como Moa.

Eles participaram de um protesto no dia 15 de outubro, descumprindo a determinação dada pela Justiça em julho, liberando os três e outros 20 manifestantes para responder o processo em liberdade.

O desembargador Siro Darlan, que concedeu a liminar em julho, defendeu o novo habeas corpus. Mas foi voto vencido. Só Igor foi preso após a decisão de Itabaiana. Sininho e Moa estão foragidas.

Ainda ontem ocorreu a primeira audiência de instrução do processo no qual os três e mais 20 pessoas respondem por formação de quadrilha armada.

STF anula processo da morte de Celso Daniel

O Supremo Tribunal Federal (STF) anulou ontem o processo em que o empresário Sérgio Gomes da Silva, o "Sombra", era apontado como o mandante do assassinato do ex-prefeito de Santo André Celso Daniel (PT), morto em 2002. A defesa alegava que foi impedida de questionar dois réus em depoimentos à Justiça. O julgamento, na Primeira Turma do STF, terminou em empate: os ministros Dias Toffoli e Marco Aurélio Mello deram razão aos advogados, entendendo que houve cerceamento de defesa. Rosa Weber e Luis Barroso entenderam que o habeas corpus apresentado pelos advogados de Sombra não era o instrumento apropriado para esse tipo de questionamento.

O empate favorece o réu, que chegou a ter o julgamento marcado em 2012. Agora, o processo terá que regredir às etapas iniciais. A instrução deverá ser refeita. Só depois de novos interrogatórios o juiz do caso decidirá, de novo, se Sombra irá ou não a julgamento. Ele é um dos sete réus acusados da morte de Celso Daniel. Sombra foi denunciado por ter encomendado a morte do prefeito.

17 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

BESSA

Planos a cumprir

Reeleita por unanimidade para presidir a Academia Paranaense de Letras, a educadora Chloris Casagrande Justen ficará até 2016 à frente da entidade. Aos 91 anos, ela é a primeira mulher a ocupar a presidência da quase octogenária APL. Para a próxima gestão toda a diretoria está empenhada na revitalização do Belvedere, primeiro mirante de Curitiba, que está sendo reformado pelo governo do estado e será cedido para a instalação do Observatório da Cultura Paranaense, sob a responsabilidade da Academia.

A empreitada conta com o apoio significativo dos acadêmicos Darci Piana, presidente do Sistema Fecomércio, e Oriovisto Guimarães, fundador do Grupo Positivo.

17 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

IDELI SALVATTI

Por um país sem ódio e sem pobreza

Perseguição a nordestinos, assédio contra mulheres, pedofilia, violência racista e homofóbica. Crimes presentes nas ruas brasileiras têm sido cada vez mais frequentes também na internet. Nos últimos meses, assistimos a uma onda de preconceito explícito contra o povo do Nordeste. Da mesma forma, mulheres são agredidas ou têm a intimidade exposta em fotos e vídeos constrangedores, crianças e adolescentes têm imagens pornográficas disseminadas e negros e homossexuais são perseguidos por criminosos virtuais.

Por iniciativa da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), o Estado brasileiro iniciou a articulação de uma rede de enfrentamento aos crimes praticados pela internet. Para tanto, assinamos convênio com a Universidade Federal do Espírito Santo, que auxiliará a SDH no mapeamento de redes criminosas virtuais, identificando pontos críticos e permitindo a pronta resposta a ataques de desinformação com fatos e a defesa da lei e do Estado Democrático de Direito.

Além disso, a SDH criou — em parceria com o Ministério da Justiça e as secretarias políticas de Promoção da Igualdade Racial e para as Mulheres — um grupo de trabalho para trocar informações sobre crimes no ambiente virtual. Nele, contaremos com o valioso apoio do Conselho Nacional do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil, da Polícia Federal e do Conselho Nacional dos Defensores Públicos. Essas organizações, com ampla experiência no enfrentamento de violações de direitos humanos, serão fundamentais para que os criminosos sejam identificados e responsabilizados nos termos da lei.

Jamais podemos esquecer que o crime virtual leva ao crime real. Prova disso foi o linchamento da dona de casa Fabiane Maria de Jesus, atacada e morta por uma multidão em maio, em Guarujá (SP), depois da publicação de um retrato falado em uma rede social, com um boato sobre uma mulher que estaria realizando rituais de magia negra com crianças sequestradas. Ignorância, intolerância, desinformação e boataria se aliaram para ceifar a vida de uma brasileira.

A ajuda de todos e todas é fundamental para evitar esse tipo de barbárie. Qualquer pessoa que acessar um site com conteúdo criminoso pode denunciar o link ao Disque Direitos Humanos, por meio do telefone 100. O serviço funciona 24 horas por dia, sete dias por semana, incluindo fins de semana e feriados. O anonimato é garantido e a ligação é gratuita, podendo ser feita de qualquer lugar do país. As denúncias serão encaminhadas às autoridades competentes.

Com as políticas de distribuição de renda da última década, o Brasil avançou muito no combate à miséria. Nada menos que 36 milhões de brasileiros deixaram a pobreza extrema. Outros 35 milhões ingressaram na classe média. São avanços reais, concretos, que retiraram o Brasil pela primeira vez na história do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas. Mas a construção de um país plenamente democrático passa pela proteção de toda a população de ameaças a seus direitos, sejam elas surgidas no mundo físico ou no virtual.

Por isso, estamos iniciando o enfrentamento, de forma articulada, à prática de crimes pela internet: porque país rico é país sem pobreza, mas é também um país sem ódio.

Ideli Salvatti é ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

17 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA

Penitenciárias serão transferidas para a Sesp

Deputados aprovam mensagem do governo do Estado que altera gestão do sistema prisional; "tarifaço" incluiu pacote do TJ

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - O polêmico projeto de lei 510/2014, que transfere para a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) a administração das penitenciárias do Paraná, hoje sob responsabilidade da pasta de Justiça e Direitos Humanos, foi aprovado ontem pela Assembleia Legislativa (AL). Essa e outras 21 mensagens, a maioria de autoria do Poder Executivo, passaram em regime de comissão geral, isto é, sem análise prévia das comissões técnicas da Casa. Elas devem voltar hoje ao plenário para apreciação em redação final, etapa do processo legislativo considerada protocolar. No primeiro turno, foram 29 votos favoráveis e dez contrários.

Chefiada desde anteontem pelo delegado licenciado e deputado federal Fernando Francischini (SD), a Sesp possui um orçamento de aproximadamente R\$ 2,6 bilhões. Com as novas atribuições, passará a administrar também as verbas do Departamento de Execução Penal (Depen) e do Fundo Penitenciário Estadual. "Nós tínhamos duas estruturas tratando do mesmo assunto. É um

trabalho que vai ser simplificado. E havia também muitas divergências entre as duas secretarias na questão referente ao preso", justificou o líder do governo, Ademar Traiano (PSDB).

Entidades como o Conselho Estadual Penitenciário (Copen) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Paraná, por outro lado, já se posicionaram contra a proposta, por considerar temerário o fato de o mesmo órgão cuidar da detenção, da custódia e da ressocialização das pessoas privadas de liberdade. Para o deputado Enio Verri (PT), o governo estadual vai na contramão do restante do País. "No Brasil todo, o sistema penitenciário trabalha com a política da Justiça e dos Direitos Humanos. O que já existe em muitos Estados são secretarias ou diretorias específicas para isso".

"TARIFAÇO"

Também na sessão de ontem, os deputados aprovaram, em segunda e terceira discussão, o "tarifaço" proposto pelo Tribunal de Justiça (TJ). O pacote inclui o projeto de lei 524/2014, reajustando as custas dos cartórios em 6,37%, e o 525/2014, que cria uma nova receita para o

Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus). As novas taxas começam a valer a partir de 1º de janeiro de 2015.

A primeira matéria aumenta de R\$ 0,157 para R\$ 0,167 o valor de referência das custas. Já a segunda estipula que 25% daquilo que é cobrado sob quaisquer atos notariais e registrais sem expressão econômica passem a ser destinados ao Fundo. A medida inclui reconhecimentos de firma, certidões e autenticações de documentos. O texto não traz detalhes de como se daria a cobrança, no entanto, como um acréscimo incidiria sobre o outro, o aumento para os usuários deve ser duplo.

O TJ propõe, ainda, alterar a forma de destinação ao Funrejus. Hoje, ele recebe 0,2% do título do imóvel ou da obrigação nos atos praticados pelos cartórios. Com a alteração, o repasse deixará de ser limitado ao dobro do valor máximo das custas, atualmente em R\$ 1821,20. Criado em 1998, o Funrejus custeia despesas estruturais do TJ, como compra de equipamentos e construção ou reforma de edifícios.

17 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA

**AL aprova lei
que revoga
feriado no dia 19**

Curitiba - A Assembleia Legislativa (AL) do Paraná aprovou ontem, em regime de comissão geral, o projeto de lei 542/2014, que consagra 19 de dezembro como dia da emancipação política do Estado, porém, sem a adoção de feriado. Conforme o texto, as repartições públicas estaduais poderão instituir ponto facultativo, em data a ser definida por decreto. A expectativa é que a mensagem seja sancionada hoje mesmo pelo governador Beto Richa (PSDB), de forma que entre em vigor ainda neste ano.

“Ao longo da história, os paranaenses sempre comemoraram a data trabalhando. Ela não muda em nada esse cotidiano”, disse Rossoni. Questionado se a proposta teria como objetivo atender a uma reivin-

dicação do setor empresarial, já que a Associação Comercial do Paraná (ACP) e a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) são contrárias à folga, o tucano disse que a reivindicação é, na verdade, “de todos os paranaenses que querem o desenvolvimento do Estado”.

Na avaliação do Ministério Público do Trabalho (MPT), os trabalhadores deveriam ser dispensados de suas atividades por 24 horas, sem perda de remuneração. Caso as empresas optassem por manter o expediente, teriam de pagar hora extra de 100% aos empregados. Com a aprovação da lei, contudo, a interpretação do MPT perde validade. “A discussão que se instalou na sociedade paranaense nos últimos dias, acerca da data ser ou não um feriado geral, está a gerar um quadro de instabilidade nas relações jurídicas, o que é claramente prejudicial à economia”, diz trecho da mensagem. (M.F.R.)

17 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Diplomação

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná, Edson Vidal Pinto, realiza hoje, a partir das 16 horas, no Grande Auditório do Teatro Positivo, em Curitiba, a diplomação dos paranaenses eleitos no pleito de outubro. Participam da cerimônia os 54 deputados estaduais, os 30 deputados federais, o senador Alvaro Dias (PSDB), com seus respectivos suplentes, o governador Beto Richa (PSDB) e a vice-governadora eleita Cida Borghetti (Pros).

17 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA

Chega a 36 o número de réus da Lava Jato

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba – Mais 17 envolvidos nas investigações da sétima fase da Operação Lava Jato se tornaram réus da Justiça Federal do Paraná na tarde de ontem. Desta vez, o juiz Sérgio Moro acatou mais duas denúncias oferecidas pelo Ministério Público Federal (MPF) que apresenta indícios da prática dos crimes de formação de organização criminosa, corrupção e lavagem de dinheiro com a participação das empresas Mendes Júnior, UTC Engenharia e Camargo Corrêa. Ao todo já são cinco ações penais que abrigam 36 réus.

Da empresa Mendes Júnior se tornaram réus Sérgio Cunha Mendes (vice-presidente executivo), Ângelo Alves Mendes (vice-presidente), Alberto Elísio Vilaça Gomes (executivo), José Humberto Cruvinel Resende (funcionário) e Rogério Cunha de Oliveira (diretor da Área de Óleo e Gás). Conforme a denúncia, dirigentes da Mendes Júnior assinaram contratos de prestação de serviços

com duas empresas (GFD Investimentos e Empreiteira Rigidez) controladas por Youssef, para encobrir o pagamento de propina. “O próprio Sérgio Mendes reconheceu que tal valor se tratava de vantagem indevida paga no âmbito das obras da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), em Araucária”, afirmou Moro. “Como álibi, declarou que a Mendes Júnior teria sido vítima de extorsão”, completou o juiz.

Da Camargo Corrêa são réus Dalton dos Santos Avancini (presidente); Eduardo Hermelino Leite (vice-presidente) e João Ricardo Auler (presidente do Conselho de Administração). A empreiteira teria usado a Sanko Sider (empresa fornecedora de tubos) para repassar dinheiro a empresas fantasmas de Youssef, viabilizando o pagamento de propinas.

Da empresa UTC Engenharia são citados Ricardo Ribeiro Pessoa (presidente); João de Teive e Argollo (diretor de Novos Negócios) e Sandra Raphael Guimarães (funcionária). Conforme a denúncia, Pessoa seria o responsável por co-

ordenar o funcionamento do cartel de empreiteiras. Além disso, ele e os outros dois funcionários da UTC teriam dissimulado e ocultado um empreendimento imobiliário em Lauro de Freitas (BA), que tinha a GFD, empresa de Youssef, como sócia oculta.

Além dos executivos também se tornaram réus Antônio Carlos Fioravante Pieruccini (advogado que teria recebido propina de Youssef); Mario Lúcio de Oliveira (diretor de agência de viagens ligado a Youssef); Márcio Andrade Boninho (sócio da Sanko Sider); João Procópio de Almeida Prado (operador das contas de Youssef no exterior); Jayme Alves de Oliveira Filho (subordinado de Youssef) e Adarico Negromonte Filho (subordinado de Youssef).

Nas duas ações penais também são citados Youssef; Paulo Roberto Costa; Waldomiro de Oliveira e Carlos Alberto Costa (“laranjas” de Youssef); e Enivaldo Quadrado (também ligado a Youssef); entretanto, eles já são réus em outras ações desta fase da Lava Jato.

17 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA

Homem é preso por tentar estuprar neta

Vitor Ogawa

Reportagem Local

Lunardelli - Um homem de 63 anos foi preso na noite de segunda-feira por tentar estuprar a neta de 4 anos na Rua Minas Gerais, área central de Lunardelli (Vale do Ivaí), depois de ter sido denunciado pela mãe da criança e pelo irmão da vítima, de apenas 10 anos.

Segundo o sargento Percílio Audálio Gomes, da Polícia Militar, a mãe da vítima relatou ter encontrado seu pai sem roupas tentando consumir o ato sexual com a menina, que também estava nua em cima da cama. A polícia foi acionada e chegou logo em seguida e efetuou a prisão. Ele foi conduzido até a delegacia de São João do Ivaí (Vale do Ivaí).

A criança, que inicialmente havia ficado sob a guarda do Conselho Tutelar de Lunardelli, agora está com a avó. A conselheira tutelar não quis se identificar, mas afirmou que está investigando o caso e não quis informar se foi feito exame de conjunção carnal na vítima.

O homem é um servente de pedreiro e já tinha assinado um Termo Circunstanciado de Infração Penal por violência doméstica há alguns anos. Na delegacia, o acusado negou que tenha tentado estuprar a neta.

17 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA

Sobre a segurança pública

A segurança pública é uma das questões mais nevrálgicas do País. Alta taxa de homicídios, de furtos e roubos, de tráfico e consumo de drogas e de contrabando de armas. Somado a esse cenário, da parte do Estado ainda temos uma das polícias que mais mata no mundo, uma legislação arcaica somada a uma Justiça morosa e uma fronteira gigantesca praticamente sem qualquer controle. O resultado é óbvio e vivenciado diariamente pela população: a permanente sensação de insegurança.

Importante registrar que nem mesmo a redução da desigualdade social – promovida pela ampla variedade de programas de distribuição de renda – e a quarta maior população carcerária do mundo conseguiram contribuir para a redução dos índices de criminalidade. Diante de uma situação dessas, o que fazer? É preciso cobrar das autoridades uma agenda e um compromisso mais efetivo com o propósito de reduzir esses índices.

Essa semana, o governador reeleito Beto Richa (PSDB) deu posse ao novo secretário de Segurança Pública, Fernando Francischini. Delegado federal licenciado, ele disse que pretende mudar a forma de atuação da polícia, direcionada para o comando de operações. Apesar da redução de alguns índices no Estado, mês passado houve um aumento significativo do número de homicídios em Curitiba e Londrina; além disso, ao longo do ano houve um crescimento significativo de explosões de caixas eletrônicas em municípios pequenos. Outro ponto importante mencionado é o controle da fronteira, principalmente em Foz do Iguaçu (Região Oeste).

Se as estatísticas apontam que quase 90% de todas as armas e drogas que entram no País ocorre via fronteira, é preciso agir. O trabalho integrado com outros Estados é importante porque une forças em torno de um objetivo comum. A população deve ficar atenta para acompanhar e cobrar as ações desenvolvidas e também para pressionar o governo federal a implantar programas mais efetivos e que tragam mais resultados positivos.

17 DEZ 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TJRJ – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ASSINA TERMOS DE COOPERAÇÃO COM A LIGHT

A presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, desembargadora Leila Mariano, e o presidente da Light-Serviços de Eletricidade S.A, Paulo Roberto Ribeiro Pinto, assinaram, no último dia 8 de dezembro, dois termos de cooperação.

O primeiro termo foi assinado na área de eficiência energética, estabelecendo ações conjuntas para promover o uso

eficiente e racional da energia elétrica no Complexo do Fórum Central do Tribunal de Justiça. A Light, reconhecendo que o projeto de remodelação das Lâminas I e II obedeceu a todos os critérios de sustentabilidade, irá fazer, gratuitamente, a substituição dos shillers e adequar a automação do sistema de termo acumulação, modernizando o sistema de climatização naquela área.

TRF4 – REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR DE OUTUBRO SERÃO PAGAS EM JANEIRO

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) pagará as RPVs (Requisições de Pequeno Valor) de outubro deste ano em janeiro, a partir do dia 15. A liberação, programada inicialmente para dezembro, foi adiada devido ao atraso de repasse da verba pelo governo federal.

As RPVs recebidas no tribunal no mês de novembro deverão ter suas contas liberadas para saque por volta do dia 18 de fevereiro de 2015.

São 31.763 RPVs da Justiça

Federal da 4ª Região (RS, SC, PR) que estavam programadas para serem liberadas até dia 15 de dezembro deste ano e serão pagas em janeiro de 2015. O total é de R\$ 172.047.676,02 para pagamento de RPVs atuadas em outubro deste ano nos três estados da Região Sul, em ações cujo valor pago por beneficiário não ultrapassa o limite dos 60 salários mínimos. No Rio Grande do Sul, 15.668 RPVs devem ser pagas na data prevista, totalizando R\$ 82.172.861,18.

MP/PR – MINISTÉRIO PÚBLICO COBRA EXECUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A Coordenação da Bacia Hidrográfica do Rio Paraná III, que abrange 20 municípios da Região Oeste do Paraná, instaurou procedimento para apurar o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Neste contexto, o promotor de Justiça Giovani Ferri, coordenador regional da Bacia do Rio Paraná III, notificou todos os prefeitos destes municípios para que

comprovem se houve adequação à Lei 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS). Ele lembra que em agosto deste ano encerrou-se o prazo para que os municípios brasileiros se adequassem à lei, notadamente quanto à obrigatoriedade de extinção dos 'lixões' a céu aberto e implantação de aterros sanitários regularmente licenciados.

TRT/PR – CAMPANHA DE NATAL DO TRIBUNAL BENEFICIA MAIS DE 600 CRIANÇAS

A Campanha de Natal promovida pela Comissão de Responsabilidade Socioeconômica e Ambiental do TRT-PR beneficiou neste ano 618 crianças com calçados, roupas e brinquedos doados por magistrados e servidores do Tribunal.

Somente na creche Casa

do Caminho, de Almirante Tamandaré, foram entregues 500 presentes para 166 meninos e meninas. Para Eustáquio Reis de Mendonça, presidente da instituição, a iniciativa transmite acolhimento e carinho, influenciando diretamente na construção de um futuro melhor.

17 DEZ 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Justiça aceita denúncia contra cinco executivos da Mendes Júnior

O juiz federal Sérgio Moro, responsável pelas investigações da Operação Lava Jato, abriu ontem ação penal contra 16 investigados, cinco deles dirigentes da empreiteira Mendes Júnior. Entre os investigados, que também se tornaram réus, estão o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa e o doleiro Alberto Youssef, denunciados em todas as ações da sétima fase da operação.

De acordo com o juiz, há provas de que a Mendes Júnior participava de um “clube” com outras empresas para acertar quem venceria licitações com a Petrobras.

“Para permitir o funcionamento do cartel, as empreiteiras corromperam diversos empregados do alto escalão da Petrobras, entre eles os ex-diretores Paulo Roberto Costa e Renato de Souza Duque. Os agentes públicos tinham o papel relevante de não turbar o funcionamento do cartel e de tomar providências para que a empresa definida pelo clube para vencer a licitação fosse, de fato, escolhida para o contrato”, disse o juiz.

Conforme a decisão, além de Youssef e Costa, Sergio Cunha Mendes, vice-presidente da Mendes Júnior, teve denúncia aceita pelo juiz. Na ação, também há investigados ligados à empresa UTC.

Também passaram à condição de réus da nova ação penal Waldomiro de Oliveira, Carlos Alberto Pereira da Costa, João Procópio Junqueira Pacheco de Almeida Prado e Enivaldo Quadrado. Todos prestavam serviços ao doleiro.

Em novembro, Sérgio Mendes confirmou à Polícia Federal o pagamento de propina ao doleiro Youssef. Conforme o advogado de Mendes, o executivo disse aos delegados da PF que foi obrigado a pagar propina de R\$ 8 milhões ao doleiro.

17 DEZ 2014

BEMPARANÁ

A Conduta e o direito penal

Um Brasileiro chamado Sérgio Moro

® Jônatas Pirkiel _____

Tenho dito aqui, e não é nenhuma descoberta, que a tarefa de julgar é das mais difíceis das relações humanas, ainda mais quando realizada livre de influências e desprovida de ressentimentos e interesses de ordem pessoais. A conduta do juiz, no seu dia a dia, nem sempre é acompanhada pela sociedade, particularmente por que contida às partes integrantes dos autos.

Entendo que, independentemente dos direitos constitucionais individuais a serem garantidos pelo julgador, também longe de se avaliar as provas dos autos, é necessário que o julgador sinta que não está só, ainda que solitárias sejam as decisões que deva tomar para a busca da verdade, imperativo da justiça para a qual

foram convocados.

A sociedade vivencia a apuração de fatos jamais vistos antes em nenhum tribunal de nosso país, quem sabe do mundo... Daí porque é preciso que o juiz tenha certeza de que não está só. Ainda que de longe, a sociedade lhe presta solidariedade que lhe permite continuar a árdua tarefa. O embate entre as partes nos autos é da natureza do contraditório e da ampla defesa, porém a segurança da condução do processo, com independência e determinação é tarefa do Estado, na figura de seus magistrados.

Não há dúvida que a história reservou ao juiz Sérgio Moro o relevante papel, talvez único nos tempos modernos, de "divisor de águas", de uma sociedade vitimada pelo escárnio da corrupção na administração pública, da sociedade onde os conceitos de

moralidade e respeito à coisa pública se restabelecerão. Uma sociedade, como já disse, antes e depois da Petrobras, antes e depois de Sérgio Moro.

Como destacou o magistrado federal, que deverá ser espelho para a magistratura nacional: "...Não há alternativa além da prevenção e da repressão à cultura da corrupção, fatal a qualquer empresa, privada ou pública, e à própria democracia... a prevenção e a repressão à corrupção, ao crime organizado e à lavagem de dinheiro são necessárias para o fortalecimento das instituições democráticas dentro de um governo de leis...".

Que possamos ter um governo de leis, mais que de homens.

* O autor é advogado criminalista (jônataspirkiel@terra.com.br)

17 DEZ 2014

BEMPARANÁ

TRF4 restringe publicidade de cerveja e vinho em rádio e TV

A 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) determinou que as bebidas com teor alcoólico igual ou superior a 0,5 graus Gay Lussac passarão a ter a propaganda comercial em rádio e televisão restringida em todo país. Bebidas como cerveja e vinho passam a sofrer incidência da Lei 9.294/1996, que limita a publicidade em relação ao horário e conteúdo.

Os comerciais só poderão ser veiculados entre 21h e 6h e não poderão associar o produto a esportes, condução de veículos, condutas exitosas ou melhor desempenho sexual. Também deverão passar a conter nos rótulos a advertência: "Evite o consumo excessivo de álcool". Ainda cabe recurso da decisão.

Segundo o relator do processo, desembargador federal Luís Alberto d'Azevedo Aurvalle, conceituar como bebida alcoólica para fins de restrição de propaganda apenas aquelas com mais de 13º graus Gay-Lussac, como era aplicada a lei até então, seria negar a realidade social em que vivemos, dando maior proteção ao setor econômico e aos interesses privados dos ramos ligados à indústria de bebidas alcoólicas, em especial os da indústria cervejeira.

Segundo Aurvalle, "é notório que as propagandas de bebidas alcoólicas, em especial as de cerveja, associam o consumo a imagens e situações atraentes, divertidas, pessoas bonitas, erotismo e juventude. Considerando que não há restrição em relação ao horário para a divulgação e veiculação de referidas imagens, elas tendem a ser recebidas por crianças e adolescentes, influenciando-as, portanto, em virtude de sua vulnerabilidade na liberdade de escolha".

O Ministério Público Federal ajuizou uma ação civil pública em cada estado da Região Sul, sendo que o julgamento foi conjunto em face da conexão entre elas. Posteriormente, ingressaram no processo como assistentes a Associação Brasileira da Indústria da Cerveja (CERVBRASIL) e a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT).

Caso não haja recurso, as rés têm 180 dias a contar da publicação do acórdão para alterar os critérios a serem seguidos em contratos comerciais que tenham como objeto propaganda de bebidas alcoólicas. Em caso de descumprimento, as rés deverão pagar multa diária de R\$ 50 mil.

17 DEZ 2014

PAINEL

BEMPARANÁ

Imprensa

Delegado da Polícia Federal pode divulgar informações de operações à imprensa, desde que tenham interesse público e não estejam protegidas pelo sigilo. O entendimento é da 4ª Turma do TRF da 4ª Região.

Esforço

Concurso público só pode ter testes de avaliação física quando o cargo exigir esforço físico intenso. O entendimento é do juiz substituto em segundo grau Wilson Safatle Faiad, do Tribunal de Justiça de Goiás.

Indícios

A existência de indícios é suficiente para abertura de ação por improbidade administrativa. O entendimento é da 1ª Turma do STJ.

Conselhos

Conselho federal ou regional de engenharia e agronomia só pode cobrar taxa de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) se houver previsão em lei. O entendimento é do juiz da 10ª Vara Federal do Rio Grande do Norte.

Verão

O TRT 1ª Região dispensou os advogados que atuam na Justiça do Trabalhista do Rio de Janeiro do uso de terno e gravata até o dia 20 de março de 2015.

Moradia

Liminar do juiz da 17ª Vara Federal de Brasília suspendeu o pagamento de auxílio-moradia aos Defensores Públicos da União. a defensores públicos. Para o magistrado, o benefício não pode ser instituído por ato infralegal.

Doméstico

Cuidar de pessoa idosa, de forma continuada, caracteriza trabalho doméstico. O entendimento é da 2ª Turma do TST.

Recuperação

O processamento da recuperação judicial não suspende execução contra avalistas e fiadores do devedor recuperando. O entendimento é da 2ª Seção do STJ.

Férias

A OAB Paraná suspendeu os prazos processuais nos processos administrativos, inclusive disciplinares, a partir do dia 23 de dezembro de 2014 até 31 de janeiro de 2015. Nesse período também não serão designadas audiências. A determinação leva em conta o período de férias coletivas dos funcionários da Seccional e das subseções, designadas para o período de 23 de dezembro a 11 de janeiro.

17 DEZ 2014

BEM PARANÁ

Diplomação dos eleitos

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Edson Vidal Pinto, comanda hoje, no auditório do Teatro Positivo, a sessão solene de diplomação dos eleitos nas urnas de outubro no Paraná. Serão diplomados 54 deputados estaduais, 30 deputados federais, o senador Álvaro Dias (PSDB) e seus suplentes e o governador reeleito, Beto Richa (PSDB), e a vice-governadora Cida Borgetti (Pros). Serão também diplomados os cinco primeiros suplentes de deputado federal e estadual de cada partido ou coligação.

Contas de campanha

O TRE concluiu na segunda-feira o julgamento da prestação de contas dos 89 candidatos eleitos para os cargos de governador e vice-governador, senador e suplentes, deputados federais e estaduais, sendo 12 aprovados — 8 deputados federais e 4 deputados estaduais —, 74 aprovados com ressalvas — governador e vice, senador e 2 suplentes, 21 deputados federais e 48 deputados estaduais — e 3 desaprovados — 1 deputado federal e 2 deputados estaduais. Nenhum candidato deixou de apresentar as contas.

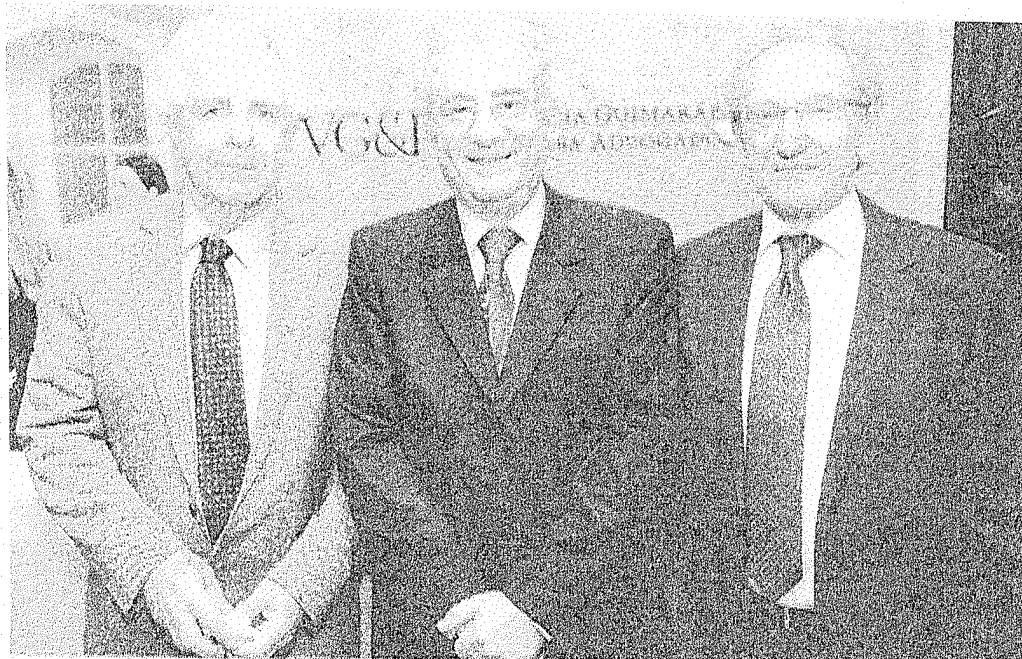
Balanço

A Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia divulgou balanço apontando que, durante 2014, foram votadas 648 proposições, sendo que 547 (84,41%) tiveram parecer favorável e seguiram tramitação na Casa. Dentre as proposições, 425 (65,58%) foram projetos de lei de autoria parlamentar. A CCJ realizou 35 reuniões ordinárias este ano, além de 10 reuniões extraordinárias, num total de 45 sessões. Entre as propostas que examinou, 114 (22,22%) foram mensagens do governo, 17 (2,62%) projetos de autoria do Tribunal de Justiça; três (0,46%) projetos do Ministério Público/Procuradoria-Geral de Justiça; um (0,15%) projeto do Tribunal de Contas do Estado; um (0,15%) projeto de resolução; 11 (1,69%) proposições de veto; 74 (11,41%) emendas de plenário ou comissões permanentes, e dois recursos contra parecer contrário da própria CCJ.

17 DEZ 2014

BEMPARANÁ

MARY SCHAFFER



Inauguração

Acho que todos os convidados compareceram a festa de inauguração do escritório Vernalha Guimarães & Pereira Advogados no Palacete Villa Sophia. Super concorrido mesmo. [CLICK](#) os desembargadores do TJ Helio Fernandes Lima, Rogério Coelho e Guido Dobeli.

17 DEZ 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Sérgio Moro aceita denúncia contra mais 16 investigados

Juiz diz que há provas de participação da Mendes Júnior em "clube"

O juiz federal Sérgio Moro, responsável pelas investigações da Operação Lava Jato, abriu nesta terça-feira ação penal contra 16 investigados, cinco deles dirigentes da empreiteira Mendes Júnior. Entre os 36 investigados, que também se tornaram réus, estão o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa e o doleiro Alberto Youssef, denunciados em todas as ações da sétima fase da operação.

De acordo com o juiz, há provas de que a Mendes Júnior participava de um "clube" com outras empresas para acertar quem venceria licitações com a Petrobras. "Para permitir o funcionamento do cartel, as empreiteiras corromperam diversos empregados do alto escalão da Petrobras, entre eles os ex-diretores Paulo Roberto Costa e Renato de Souza Duque", disse o juiz. ●

Sininho e mais 2 ativistas têm habeas corpus negado

O Tribunal de Justiça do Rio negou nesta terça-feira (16) habeas corpus a Elisa Quadros, a Sininho; Karlayne Moraes, a Moa; e Igor Mendes. O trio foi preso na véspera da final da Copa do Mundo sob a suspeita de praticar atos violentos e tinha conseguido a liberdade provisória com a condição de não voltarem a frequentar protestos. No dia 15 de outubro, porém, segundo investigações da Polícia Civil, eles foram flagrados em uma manifestação na Cinelândia.

As duas estão foragidas, enquanto ele está um presídio no Complexo penitenciário de Gericinó. A decisão foi tomada pela 7ª Vara Criminal. Dos três desembargadores, somente Siro Darlan votou pela liberdade. Sidney Rosa e Maria Angelica Guedes votaram contra. ●